

## **POR UM MUSEU VIRTUAL DO IMAGINÁRIO RELIGIOSO: EM BUSCA DOS ELOS PROFUNDOS!**

Carlos André Cavalcanti

Ana Paula Cavalcanti

Um dos grandes objetivos cidadãos do nosso tempo é a aplicação dos Direitos Humanos para as religiões através do conceito de Diversidade Religiosa. É uma luta importante da qual participamos com afincamento e determinação. Neste sentido, vislumbramos para o futuro o surgimento de uma nova noção, que já denominamos aqui: é a Convergência Religiosa, que respeita a Diversidade e encontra as conexões imemoriais que unem as cosmogonias de fé. A Teoria Geral do Imaginário – TGI, que apresentaremos didaticamente aqui, é o melhor instrumento para discernir e tipificar a Convergência Religiosa nas nascentes da intuição imemorial da história.

O nosso mestre Gilbert Durand, criador da Teoria Geral do Imaginário, nos indicou a necessidade de elencarmos os mitos e os símbolos em suas constelações profundas no imaginário, que é visto aqui como o “capital pensado da humanidade”. Um dos objetivos dos que trabalhamos com a TGI é criar as condições necessárias para localizar esta única universalidade “real” que congrega os seres humanos em todas as diversas culturas ao longo da história. Estes elos dinâmicos estão também presentes nas convergências simbólicas e míticas das religiões e religiosidades.

Consideramos que um Museu Virtual das Religiões fará um duplo trabalho: divulgará as convergências, o que ajuda a combater a Intolerância, e cruzará os dados do imaginário, elencando narrativas universais.

Temas aparentemente externos ao fenômeno religioso em si, como a Intolerância Religiosa e a Cultura Popular, por exemplo, também estarão “naturalmente” contemplados.

Desta proposta, deve nascer futuramente uma política acadêmica que permita nortear a alimentação de um imenso banco de dados de símbolos e mitos religiosos no Museu Virtual do Imaginário Religioso através da internet!! Este banco de dados deve mensurar símbolos e mitos, mas precisa refletir em seus campos as componentes do imaginário que servirão para o cruzamento das informações “universais”. A única universalidade possível é a do imaginário. Este banco de dados demonstrará isso.

As raízes da análise sobre o imaginário remontam ao século XIX com o romantismo, mas, nesta breve nota, vamos nos restringir ao *stricto sensu* do campo científico na figura de dois nomes proeminentes. Vários estudiosos colaboraram neste processo. Destacaremos Gaston Bachelard e o próprio Gilbert Durand. Para aqueles que não são versados nesta teoria, é preciso uma receptividade metanóica que permita a aceitação, concordante ou não, da validação científica deste olhar sobre o imaginário.

Bachelard, nascido em 1884, percorreu um revelador e interessante caminho acadêmico. Veio das chamadas “ciências da natureza”. Era professor de Química e matemático. Depois, lecionou História e Filosofia da Ciência. Foi um ardoroso combatente da visão positivista, o que apontou o seu veio na árvore do conhecimento ocidental. Utilizou, por exemplo, a poesia como uma fonte de conhecimento tão válida quanto os “dados empíricos” tradicionais. Defendeu o desarme do cientista em relação à teoria: esta deve ser “esquecida” enquanto o cientista mergulha no objeto. Acreditava que era preciso dialetizar o pensamento, questionando o modelo do racionalismo ocidental que facilmente triunfa porque imobiliza a relação sujeito/objeto, petrificando-a, acrescentamos nós. O conhecimento, assim, seria uma construção e sua base, aparentemente sólida e una, seria um *concreto relativo*, onde o “real” é, também ele, uma construção do racionalismo. A imagem assume, então, o centro da análise de Bachelard, pois somente através dela se compreende a concepção do “real” como percebido, que é, afinal, o “único” “real” possível.

Nosso mestre Gilbert Durand fez parte dos primeiros grupos de estudo que se formaram na Europa seguindo a direção indicada por Bachelard. Seu esforço foi no sentido de criar categorias para o imaginário, tarefa que se faz difícil pela própria natureza do objeto. As categorias durandianas permitem a classificação do imaginário do schème ao arquétipo ao mito ao símbolo.

Durand partiu de alguns princípios hermenêuticos para perfilizar suas três categorias do Imaginário<sup>4</sup>. Antes de apresentarmos as categorias, veremos, então, os princípios que norteiam sua estruturação no que seria uma Filosofia da Ciência *para* o Imaginário. Em primeiro lugar, as categorias são plurais. Ao invés de uma estrutura absoluta, única, tratam-se de três regimes ou entidades que estruturam o imaginário e que são irreduzíveis umas às outras. Este sistema implica impedimentos entre as suas noções. Os três elementos se excluem por sua própria constituição. A exclusão, entretanto, não gera um exclusivismo totalitário ou um monoteísmo de valores. Pelo contrário, as três estruturas reafirmam suas diferenças para garantir, na análise, a

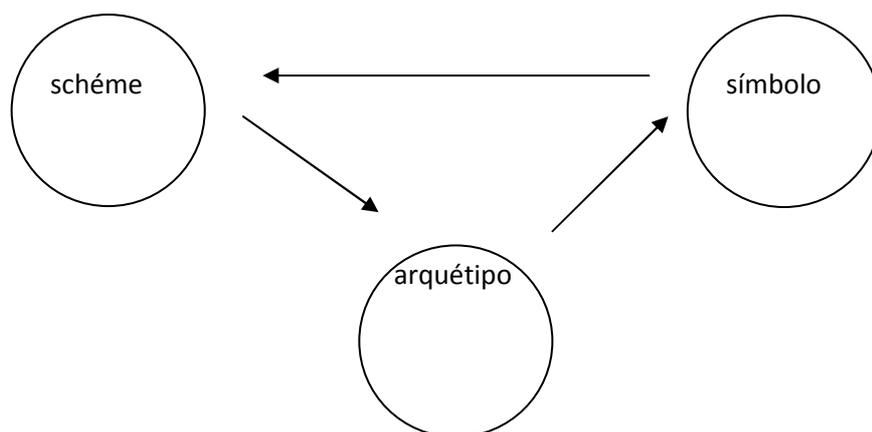
captação das diferenças e contrastes do próprio *objeto de estudo*. Quando o objeto estudado é, por exemplo, em si mesmo, excludente, totalitário, monocefálico, as categorias de Durand podem analisá-lo independentemente. Neste caso, o objeto será classificado na categoria por ele denominada de heróica, mas uma leitura completa ou parcialmente negativa ou contrastante poderá ser feita usando-se uma das outras duas categorias: a mística e a sintética. Note-se que a palavra heroica não tem um sentido de elogio ou de reconhecimento panegírico, como ocorre no seu uso cotidiano hoje em dia. Antes, indica uma tipificação de imaginário que se considera heroico, ou seja, ele se (auto)pressupõe e se atribui a sua heroicidade. Em segundo lugar, essas estruturas são “neutras”, cada uma delas não é mais importante que a outra. Não há uma hierarquia entre elas. Enfim, em terceiro lugar, estas estruturas não são inerciais. Elas se reforçam mutuamente e se ligam através do que Durand chama de isotropia, tomando emprestado o termo da Física.

A Teoria do Imaginário guarda semelhança com outros aportes científicos no que tange a uma ética combatente. Os blocos de análise elaborados por Durand reafirmam o caráter sistêmico da sociedade, o que implica numa conduta moral inata ao fazer científico. O modelo social é integrativo dos contrários. Esta capacidade integrativa é indispensável à vida social e individual. Uma sociedade se torna totalitária quando tende a eliminar sua parte marginalizada no intuito de destruir os contrários e criar um mundo monocefálico, incongruente com a natureza sistêmica das sociedades. É nesta tentativa de eliminação dos contrários que reside a base da prática intolerante e totalitária. O totalitarismo nasce quando uma das partes contrárias entre si parte na direção da superação das outras ou de uma delas. Em qualquer destes casos, ficamos diante de uma prática autoritária e totalizante, que só é possível com o uso de um imaginário pertinente a esta prática. Entretanto, esta aplicação combatente não é, de forma nenhuma, uma “ideologia do imaginário”, mas sim um contexto afirmativo, uma inflexão política que garanta a liberdade acadêmica para estudar o próprio imaginário.

Numa motivação cultural mais ampla, vemos que a palavra *imaginário* vem de *imagem*. Aqui, é utilizada com dois sentidos que sugerimos e defendemos: com “i” inicial minúsculo, o imaginário é o capital pensado da humanidade em si. Com “i” inicial maiúsculo, é a área acadêmica que se utiliza da Teoria do Imaginário. A imaginação, que, em última instância dá nome a ambos os sentidos, é uma faculdade humana interpretativa que medeia a exposição ao real e a sua percepção individual e, por consequência, grupal. O imaginário é a totalidade baseada

no tempo, na História e na raiz etnológica das representações humanas. O imaginário é o que distingue o homem de todos os outros animais por esta capacidade de mediação. Já se sabe que alguns antropóides desenvolvem um raciocínio primário, mas nenhum deles é capaz de pintar ou marcar imagens para expressar a sua consciência. A sepultura também parece ser específica dos seres humanos, o que não implica que o sentido da morte inexistia para outros animais. A imaginação, então, é a nossa marca distintiva. O conteúdo do imaginário é essencial para a compreensão da História humana e para o equilíbrio da psique. Antes da “construção do imaginário”, entretanto, há inúmeras possibilidades de imagens. As categorias de Durand dimensionam aprioristicamente um objeto "oco" (o schéme) em que se inserem as características do objeto estudado. O arquétipo preenche o “schéme” e o antecede. Identificar os arquétipos é o primeiro passo para analisar o objeto e, com isto, classificá-lo numa das três categorias propostas.

Há três conceitos básicos na análise de Durand que devemos ter em mente antes de definirmos suas categorias: “schéme”, arquétipo e símbolo. Nesta ordem apresentada pode-se dizer que fomos do mais abstrato ao mais concreto, mas não é intenção desta corrente do pensamento social tentar criar nenhum tipo de hierarquia ou sugerir a idéia de progresso de uma para outra. Estamos diante de uma Teoria onde seus três conceitos principais ficarão melhor entendidos se assim representados:



Este esquema, criado por Danielle Rocha Pitta, permite notar que o “schéme” é uma generalização da imagem. É completamente abstrato e apresenta-se em forma de idéias básicas e gerais que representam princípios igualmente abstratos (ex.: harmonia, tranquilidade em oposição a desarmonia, intranqüilidade). A palavra “schéme”, em francês, pode ser confundida com “schéma” (esquema). “Schéme” leva a uma idéia abstrata de esquema, mas não tem tradução adequada para o português.

O arquétipo constitui o ponto de junção entre o imaginário e os processos racionais. É aqui que o “schème” se substantifica. É a ante-sala da idéia (ex.: contemplação/sabedoria).

O símbolo, enfim, é a representação material do valor arquetípico. É a imagem objetiva materializada num objeto, pessoa, etc. O símbolo tenta comunicar coisas indizíveis num caldo de sentimentos e emoções que se tentam encarnar na imagem (ex.: um cacique, um pajé). Carl Jung define símbolo de uma forma bastante interessante: "*A melhor figura possível de uma coisa relativamente desconhecida que não se saberia logo designar de modo mais claro ou característico*" (in Durand, 1989, p.14). Um conceito problemático, sem dúvida, mas de compreensão possível graças à própria materialidade que o representa.

Vistos estes conceitos, é possível partir para as categorias teóricas.

Utilizando os princípios da reflexologia, Durand aceita a existência de três reflexos dominantes:

- 1 - Reflexo dominante de posição/postura: a percepção do mundo é condicionada pelo fator da posição ereta do homem. Isto leva-nos a dividir o mundo entre os princípios de inferior e superior. Este dominante se relaciona com elevação, transcendência (!! ) e heterogeneidade.
- 2 - Reflexo dominante de deglutição: o trânsito interior da alimentação sugere o princípio da complementaridade. Este movimento é vital e tende à intimidade, ao aconchego e à homogeneidade.
- 3 - Reflexo dominante de copulação: o ato sexual transcende sua significação imediata e direciona-se para os princípios de ritmo, progresso e tempo cíclico.

A validade destes reflexos dominantes elucidados por Betcherev (Escola de Leningrado) é devida à relação que há entre os gestos do corpo, os centros nervosos e as representações simbólicas. Cada reflexo dominante acompanha-se de certos “schèmes”. Não há uma causalidade definida para explicar o privilegiamento de alguns princípios em detrimento de outros numa determinada sociedade. Rompe-se com o determinismo (de qualquer fonte) para buscar dentro do próprio imaginário a lógica que o norteia. As imagens que acompanham os reflexos dominantes podem seguir dois regimes:

- 1 - Regime diurno da imagem: é o da heterogeneidade. Um mundo que se coloca dividido. A ação, o ato e o movimento se dão num mundo de sombras, de determinantes absolutos. Simultaneamente surgirá a oposição certo/errado, eu/outros (ou herói/bandido, nos folhetins). Para enfrentar a angústia diante da vida e dos limites da existência humana, o mundo repartido responde a todas as dúvidas. O regime diurno vai dizer respeito ao reflexo dominante de posição. O mito do herói, por exemplo, faz parte deste regime.
- 2 - Regime noturno da imagem: os reflexos dominantes de copulação e deglutição estão aqui incluídos. Caracteriza-se por imagens de harmonia e de contemplação. A compreensão do mundo pressupõe aproximação.

Tanto os dominantes reflexos quanto os regimes de imagem se integram nas categorias do imaginário. Vejamos as categorias com suas respectivas características.

São os seguintes os blocos ou categorias criados por Durand:

- 1 - Heróica: O dominante reflexo de *posição* e o regime *diurno* de imagem integram a categoria heróica. Atitude baseada na dicotomia e na rejeição das diferenças. Na base de sua concepção em/para nossa cultura está o binômio evolução/hierarquia. O racionalismo ocidental está bastante envolto nesta forma de conceber as diferenças. A partir desta atitude constrói-se um juízo de valor distorcido e negativo sobre tudo que se mostra antagônico ou diferente daquilo que se considera melhor/superior. A idéia de um universo hierarquizado pressupõe a possibilidade de evolução e melhora. Conseqüentemente, aqueles que se consideram detentores da verdade superior tendem a buscar a superação e a padronização segundo as *suas* concepções. A concepção de História teleológica também pode cair nesta "armadilha": a idéia de uma História que caminha obrigatoriamente em direção a um determinado objetivo (como o comunismo científico na visão do marxismo ortodoxo ou a sociedade positiva do positivismo) é, em última análise, bastante totalizante.
- 2 - Mística: A palavra mística – da mesma maneira que a palavra heróica anteriormente citada – é usada aqui de forma diversa ao sentido religioso cotidiano dos dias de hoje. Trata-se de uma lógica de participação dos contrários e complementação entre eles. A

capacidade integrativa que caracteriza esta categoria se deve à junção entre o regime *noturno* de imagem e a dominante de deglutição. Não há exclusão, mesmo que haja diferenças. Ergue-se aqui um outro tipo de raciocínio. Neste sentido, a palavra muda de significado. Esta concepção baseia-se no princípio de que as diferenças não ocorrem em função de uma hierarquia, mas devido às características específicas das diversas sociedades humanas ao longo da História. É mística, então, a sociedade que tem no convívio dos contrários a base de sua existência.

- 3 - Sintética ou disseminatória: É um modelo intermediário entre os dois anteriores, mas não é uma síntese no sentido da dialética hegeliana. Ou seja, não é um terceiro elemento resultante da fusão e do choque dos dois anteriores. Isto não teria sentido no pensamento durandiano, pois não há, no I(i)maginário, uma dialética de superação evolucionista da história que sintetize opostos. É sim uma variação de hegemonias que se sucedem e se substituem igualmente aceitas. A base deste modelo é o convívio simultâneo entre o heróico e o místico sem uma superposição evidente de um sobre o outro. Há uma mutação constante e variação de atitude dentro do próprio objeto estudado. Para captar esta variação, admite-se esta forma de “schème” que envolve simultaneamente características heróicas e místicas. Note-se, entretanto, que se trata de uma terceira categoria, pois a variação é própria do objeto e não do “schème”. Esta categoria baseia-se no regime noturno da imagem e no reflexo dominante de copulação com seu princípio de ciclicidade do tempo. A ciclicidade nega a idéia do tempo linear, típico do pensamento ocidental. As culturas que se enquadram nesta categoria se caracterizam pela bipolaridade, que é a capacidade de reagir de forma heróica ou mística, dependendo da circunstância. A junção entre as duas coisas é, entretanto, impossível. Um herói místico seria inimaginável ao ponto em que ele negasse de forma absoluta (não dialética) sua própria natureza.

Todas as instituições e sociedades possuem elementos heróicos e místicos em convívio, mas um desses elementos pode superar o outro. Quando isto não acontece, temos a formação de um terceiro elemento: o sintético ou disseminatório.

### **Referências Bibliográficas**

DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa, Presença, 1989.